

O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Alessandra Coesel
alessandracoesel@yahoo.com.br

Michelle Fernandes de Lima
mfernandeslima@yahoo.com.br
Universidade Estadual do Centro Oeste: UNICENTRO

RESUMO

Esse artigo refere-se à pesquisa de trabalho de conclusão de curso, intitulada: *Paulo Freire: uma análise nos princípios filosóficos da Educação Popular*. A pesquisa tem como base a história da educação popular no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. A pesquisa busca verificar o contexto econômico e político que propiciou a ascensão dos movimentos de educação popular no período chamado nacionalismo-desenvolvimentista. O movimento tem sua origem e conceitos dos princípios de Paulo Freire (1921 á 1997) principal mentor desta tendência educacional no Brasil. Desse modo à pesquisa possui caráter histórico e filosófico, tendo como referência os estudos sobre a temática. O artigo está organizado com base no contexto histórico das décadas de 1950 e 1960 momento do surgimento dos Movimentos de Educação Popular. Na seqüência tratamos sobre a origem e conceitos teóricos que fundamentam a proposta educacional.

Palavras-chave: Educação Popular, Paulo Freire, história da educação;

INTRODUÇÃO

A discussão em torno da educação popular no Brasil da época do nacional-desenvolvimentismo tem sido feito por autores como: Ghiraldelli (1994), Saviani (2008), Beisiegel (1992), Paiva (1986), Rodrigues (2003), Aranha (1996), Scocuglia (2003).

A história do Movimento de Educação Popular tem início no Brasil em 1945. O nascimento deste movimento ocorreu devido ao contexto social marcado pelo crescimento da industrialização, aumento da urbanização, inserido numa conjuntura política e econômica conturbada.

Nos anos 1950, a esquerda do Brasil se articulou reunindo os movimentos

populares dos bairros, profissionais do magistério público e lideranças políticas com tendências não conservadoras, para lutarem por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As forças de esquerda apoiavam a industrialização do país como possibilidade de ascensão social, surgindo então a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista que projetava “a educação como um instrumento de conscientização do povo para o desenvolvimento da nação”. De acordo com Saviani (2008), várias instituições passaram a embasar suas práticas nesta teoria, entre elas podemos destacar a Igreja Católica e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

A partir de 1960 o Movimento de Educação Popular, propõe às massas populares um trabalho de conscientização e politização desenvolvendo Campanhas de Alfabetização de Jovens e Adultos e expandindo as escolas primárias. Surgem também os Movimentos de Cultura Popular, apoiados ideologicamente pelo ISEB, que se inserem nos bairros urbanos, praças públicas, nas Universidades, sindicatos, enfim em, toda a massa popular utilizando-se da arte, literatura, teatro, cinema e vários outros instrumentos de mobilização.

É neste cenário que Paulo Freire educador Pernambucano propõe a teoria da Educação Libertadora, o qual apresenta em sua concepção uma nova perspectiva de educação para o Brasil, seus livros apresentam uma constatação da realidade brasileira e sugerem a conscientização do povo como um meio de libertação da opressão.

O estudo toma inicialmente como base o contexto histórico do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 época do surgimento destes movimentos. Em seguida vai retratar a origem e principais conceitos que fundamentam a Educação Popular finalizando com a apresentação da biografia de Paulo Freire e como se dá a proposta desta educação

I. O CONTEXTO DO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

A história do movimento de Educação Popular das décadas de 1950 e 1960 foi marcada por uma conturbada conjuntura econômica e política, isto na esfera nacional e mundial. Na esfera mundial, o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, coloca em conflito duas ordens políticas e socioculturais, o socialismo vivido e projetado pela União Soviética e o capitalismo divulgado pelos Estados Unidos da América.

As duas grandes potências em questão disputam o poder no mundo, em 1947 um

acordo entre os países subdesenvolvidos é estabelecido, o chamado Plano Marshall¹, o mesmo favorece a consolidação do Capitalismo em grande parte do mundo. Em contrapartida, China e Coréia entram no Bloco socialista em 1949. Os acordos econômicos e de defesa contribuem na efetivação de políticas internacionais e alianças entre os diversos países.

O Plano Marshall era um pacote econômico que fez aliança com o capital estrangeiro. Ele se instala no Brasil no Governo de Getúlio Vargas, através da comissão americana comandada por John Abbink para verificar os fatores econômicos do país. Abbink destacou em seu Relatório Final o seguinte:

[...] os resultados apresentados pela Comissão ABBINK (Comissão Técnica Mista Brasil/Estados Unidos) indicam que para o Brasil aquecer sua economia e elevar o nível de produção seria pelo desenvolvimento da indústria petrolífera. Tais medidas passariam pela compressão salarial e recursos ao Capital estrangeiro para suprir a falta de recursos nacionais. (CRUZ, 19--., p. 1)

A sociedade brasileira assume o caráter de uma política com princípios desenvolvimentistas, o que propicia a ascensão do populismo propagado por Getúlio Vargas (1951- 1954). O plano de Governo é fortemente influenciado pelo capital estrangeiro e inclui promessas de melhores condições de vida para o povo atribuindo isso a uma economia industrializada administrada por técnicos economistas estrangeiros encarregados pelo desenvolvimento da nação, marcada por altos investimentos em bens duráveis.

Ghiraldelli (1994) destaca que, nos anos 1950, no campo da política, os partidos da União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrata (PSD), tinham grande força da burguesia industrial e agrícola, o que favorecia o fortalecimento do Governo de Vargas. Por outro lado, a influência dos países socialistas na esquerda do Brasil contribuía para que o Partido Comunista (PC) almejasse a implantação do regime defendido por eles no país.

Juscelino Kubitschek no período de 1955-1960 assume o Governo do país com a promessa de crescimento de “50 anos em 5”. Isso acontece na mesma medida em que promove o inchaço das cidades, o aumento das favelas, a desvalorização do mercado agrícola, num país extremamente rural, a desnacionalização das indústrias, enfim o

¹ Acordo econômico entre o capital estrangeiro e os países subdesenvolvidos.

impacto resultante de um modelo econômico planejado pela burguesia e implantado pelo populismo.

Rodrigues (2003, p. 35) relata os avanços conquistados pelo desenvolvimentismo:

Entre as camadas altas e médias da população urbana assiste-se a uma padronização do consumo provocada pela expansão da propaganda, instrumento básico para a ampliação do comércio e da produção. [...] Esta é a época em que o avanço dos meios de comunicação de massa [...] a padronização dos hábitos do consumo e dos comportamentos atinge apenas parcela da população, em parte devido ao baixo padrão de vida do brasileiro. Nossa cultura hoje continua imensamente diferenciada e marcada por conflitos de classe e por desníveis regionais.

Este contexto ilustra a implantação definitiva do capitalismo no Brasil, o qual norteia os princípios e modos de vida da modernidade. Porém, é necessário ressaltar a atuação dos movimentos de esquerda que organizam uma base de agricultores, proletários, sindicatos e movimentos de base da Igreja católica, contrapondo-se ao modo de como o

As condições financeiras em que o Brasil encontrava-se produziam cada vez mais miséria e precarização das condições de trabalho. O que gerava na população revoltas, fomentadas por movimentos da Teologia da Libertação, ISEB, Partidos Políticos e Sindicatos.

Conforme Aranha (1996), o IESB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955, com a função de pensar a cultura ideológica brasileira, tem como principais participantes Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, os quais eram diversos ideologicamente.

A política ideológica do ISEB propunha o desenvolvimento do país com a burguesia no poder, Scocuglia (2003) destaca esse pensamento: isebiano é a base para a formação da consciência dos movimentos que surgem com a sua motivação.

Partindo deste princípio, o ideal deste instituto segue a política do nacionalismo-desenvolvimentista, no contexto de direita que governava o país. Souza (2010, p.151) ressalta o papel dela com “[...] um conjunto de mecanismos que atuavam na formação e condução ideológica do conjunto da sociedade brasileira.”

Esta Instituição chega ao seu fim, em 1964 com o Golpe Militar, sendo reconhecida como subversiva devido às lideranças políticas que direcionavam a ideologia do ISEB, sendo estes Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré.

É nesse contexto político e econômico que se desenvolve o pensamento da Educação Popular, servindo como um instrumento de libertação para a população. Porém, a Ditadura Militar promove o declínio deste Movimento e das lideranças envolvidas neste projeto.

II O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO POUPLAR: PRINCIPAIS CONCEITOS.

O Movimento de Educação Popular nasce em meados as discussões propostas pela esquerda do país na década de 1960, em Recife/PE. O objetivo de conscientizar a população através de mobilizações culturais, artísticas e educacionais é motivada pela UNE (União Nacional dos estudantes), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e Paulo Freire. Aranha (1996, p. 210) apresenta os principais desses Movimentos :“Centros Populares de Cultura (CPC) – ligados a UNE; Movimentos de

Cultura Popular (MCP) – Liderados por Paulo Freire; Movimentos de Educação Popular de Base (MEB) – criados pela CNBB;”

Os Movimentos de Cultura Popular (MCP) tiveram apoio da Prefeitura Municipal do Recife, governada por Miguel Arraes, que mobilizou uma campanha de constatação do interesse da população em alfabetizar-se. Paulo Freire foi convidado a liderar o meio intelectual que organizaria a metodologia de trabalho do Movimento.

Segundo Saviani (2008 p. 318):

Pretendia-se desenvolver uma educação genuinamente brasileira visando à conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição do intelectual era a de aprender com o povo, despidendo-se de todo o espírito assistencialista.

Como enfatiza Saviani, a característica desse movimento é a metodologia da escuta em que se colocam os “Intelectuais”, propondo-se a mergulhar na Cultura Popular de acordo com a realidade de cada população rural ou urbana. Isso se deve à orientação filosófica marxista e cristã que compõe os grupos de lideranças.

Aranha (1996, p. 210), manifesta um ponto polêmico na atuação das lideranças: “Uma das críticas se refere ao populismo, de teor paternalista, e, portanto autoritário, já que o povo seria “orientado” para o que os intelectuais consideravam ser o “melhor caminho”. A crítica porém, não possui uma fundamentação teórica palpável, pois a proposta de uma educação conscientizadora parte da atuação conjunta entre sociedade civil e líderes intelectuais. Visto a desconsideração da ideologia nacional-desenvolvimentista com a educação brasileira.

O Movimento ganha reconhecimento através da “Campanha de pé no chão também se aprende a ler”. O desenvolvimento desta estende-se ao Rio Grande do Norte, em Angicos, a alfabetização de 300 trabalhadores em 40 horas. Com base nesse pensamento, constrói-se a ideologia dos MCP, ganhando respaldo nacional do então Presidente da República João Goulart, o qual convida Paulo Freire para ser coordenador do Programa Nacional de Alfabetização.

O conteúdo político da campanha educacional provoca o corte dos Recursos Financeiros destinados ao programa pela missão USAID². BEISIEGEL (1996, P. 225),

² MEC USAID é a fusão das siglas **Ministério da Educação (MEC)** e **United States Agency for International Development (USAID)**. Simplesmente conhecidos como acordos MEC-USAID cujo objetivo era aperfeiçoar o modelo educacional brasileiro.

destaca:

Em janeiro de 1964, a insatisfação com a técnica pedagógica de Freire e a apreensão quanto ao conteúdo político do programa levou a AID a interromper o suporte financeiro dos trabalhos (só três meses antes do movimento militar contra Goulart). Esta providência era somente a expressão da insistência na racionalidade e na ordem em uma situação de mudança revolucionária.

O método subversivo de Freire iniciou no Nordeste e se espalhou pelo país através da experiência de Angicos e obteve o apoio do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Paraíba, JUC, UNE. Dessa forma expandiu-se o método de Educação de Adultos.

Segundo Beisiegel (1996), a Educação Popular, de certo modo, também faz parte de uma política populista, pois seu financiamento partiu de governantes que obtinham esta prática. Em 1964, o Golpe Militar no Estado Brasileiro, desorganiza os Movimentos de Cultura Popular. Paulo Freire é mandado para exílio na Bolívia, devido a sua prática subversiva.

III. PAULO FREIRE E A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO POPULAR

Paulo Freire nasceu em setembro de 1921, em Recife/PE, cresceu no meio de várias dificuldades, porém, foi com elas que aprendeu a “ler o mundo”, “[...] uma professora marcou sua vida escolar: Eunice. Jovem, ela ensinou ao menino Paulo que “a escola não era lugar de medo e de pavor, mas de reparar na maneira bonita de dizer as palavras” (FIDALGO, 2000, p. 35), e com essa concepção de escola que o educador conceituou a educação.

Em 1947, após graduar-se em Direito, área com a qual não se identificou, foi trabalhar com o setor de Educação de Adultos no SESI. Nessa época os movimentos de cultura popular, foram forte elemento de contribuição da prática de Freire na conscientização dos cidadãos. Entusiasmado pelo Método de Alfabetização do educador, o então Presidente da República João Goulart, convocou o educador para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização.

Em 1964, ele foi exilado na Bolívia ficando lá em um curto período e depois rumou para o Chile, para os EUA e para a Suíça, viveu fora do Brasil durante 26 anos. Nessa período por onde passou apresentou um modo diferente no ato de ensinar. Em 1980, quando voltou determinado a reconstruir suas ideias, e ganhou reconhecimento, em 1988,

quando Luiza Erundina o chamou para assumir a Secretaria de Educação de São Paulo. Já em 1991, O Instituto Paulo Freire foi fundado para dar continuidade aos seus trabalhos e publicações. Em 2 de maio de 1997, o educador morreu. A “leitura de mundo” feita por Freire deixou um grande legado no meio pedagógico e nos mais diversos movimentos sociais.

A origem da Educação Popular tem suas raízes arraigadas nos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e nos Movimentos de Cultura Popular. Saviani (2008, p. 317), define o termo “educação popular” ainda no contexto da Primeira República:

[...] encontrava-se associada à instrução elementar que se buscava generalizar para toda a população de cada país, mediante a implantação de escolas primárias. Coincidia, portanto, com o conceito de instrução pública. Esse era o caminho para erradicar o analfabetismo. Foi com esse entendimento que se desencadeou a mobilização pela implantação e expansão das escolas primárias, assim como as campanhas de alfabetização de adultos.

O sentido do termo se restringia a uma educação institucional, formal, direcionada apenas a população analfabeta com o intuito apenas de alfabetizar. Porém o significado do termo é retomado a partir do seguinte sentido, como constata Saviani (2008, p. 317)

[...] em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente.”

A retomada desta expressão conceitua o ideal pretendido pelos Movimentos de Cultura Popular. Este pensamento é influenciado pelo método freireano que tem como base os princípios filosóficos o existencialismo cristão e o marxismo. A concepção formula-se em meio a filosofia de Roland Corbisier, sendo definida como: um ser de relações que vive a história, de acordo com seu tempo e isso o faz protagonista da transformação.

A inserção de Paulo Freire com o Movimento Sem-Terra MST e no Partido dos Trabalhadores, possibilitou um trabalho prático de “educação libertadora”. Segundo Scocuglia (2003) o autor utiliza o pensamento *escolanovista*³ sobre a escola tradicional, propondo uma *educação libertadora* constituída por um processo educativo democrático e

³ Escola Novista - em 1932 era publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito por Fernando de Azevedo e assinado por vários intelectuais da época. O Manifesto, representou um divisor de águas entre educadores progressistas e conservadores.

a partir da realidade.

Saviani (2008), também faz referência a pedagogia Freireana classificando-a como “Escola Nova Popular”, apresentando um reconhecimento da importância de Paulo Freire na luta pela democratização do ensino por meio dos movimentos progressistas de esquerda que colocaram a educação a serviço dos “oprimidos”.

Paiva (1986), destaca que a proximidade com as ideias do Movimento da Escola Nova com Paulo Freire se distinguem ao falar em renovadores e católicos, pois o entrave entre essas duas perspectivas pedagógicas se deu em meados da década de 50 na Campanha da Escola Pública defendida pelo “Manifesto dos educadores mais uma vez convocados” e o envolvimento das instituições católicas com o ensino privado, conflito difundido no decorrer dos anos 60 pelo Movimento de Educação de Base.

Conforme Scocuglia (2003, p. 39) a proposta da educação popular possui os seguintes elementos:

Embasando tais propostas, algumas correntes filosóficas imbricavam-se – especialmente o existencialismo cristão e o personalismo –, marcando o enfoque prioritariamente “superestrutural” desde o primeiro momento de sua produção intelectual. Em educação e atualidade brasileira (1959), podemos destacar: ‘(...) o homem é um ser de relações que estando no mundo é capaz de ir além, de projetar-se, de discernir, de conhecer (...) e de perceber a dimensão temporal da existência como ser histórico e criador de cultura’ (1959:8)

Na seqüência do texto citado, ele coloca que, além de estar no mundo, o homem está “com o mundo” e que com sua atuação (cultural) altera a si mesmo e ao próprio mundo, notando-se, mais uma vez, a decisiva influência de Vieira Pinto. Para existir o ser humano necessitava estar consciente de sua historicidade e da historicidade de sua consciência”

Nessa perspectiva, as obras de Paulo Freire apresentam fragmentos das correntes filosóficas acima mencionadas. Segundo Aranha (1996) e Scocuglia (2003), o primeiro livro de Freire, Educação como prática da liberdade (1965), possui influência do existencialismo cristão. Já Pedagogia do Oprimido (1970) parte de uma leitura marxista.

Desse modo, ressaltamos os conflitos teóricos existentes nos escritos de Paulo Freire e percebemos ainda a contribuição da filosofia marxista no aspecto central das obras do educador como cita Saviani (2008 p. 335):

Para Paulo Freire a educação surgia como um instrumento de crucial importância para promover a passagem da consciência popular do nível transitivo-ingênuo para o nível transitivo – crítico, evitando-se a sua queda na consciência fanática. É em vista desse objetivo que foi criado um método de alfabetização ativo, dialógico, crítico e “criticizador”.

Paulo Freire *escuta* uma diversidade de pensamentos para compor a sua concepção. Porém, o que podemos destacar é a mensagem deixada por ele na luta por uma educação transformadora e conscientizadora de um mundo mais humano, principalmente aos *esfarrapados do mundo*, como ele já dizia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa, ainda em andamento, possui um caráter histórico e filosófico, a qual terá como função obter conhecimentos sobre os argumentos realizados em torno da presente temática: *A história do Movimento de Educação popular em meados das décadas de 1950 e 1960. Uma análise da concepção de Paulo Freire.*

De acordo com Luna (2007), a pesquisa tem o papel de produzir conhecimento a partir de novas informações que preencham espaços nas mais diversas áreas do conhecimento tendo uma importância teórica e social para os pesquisadores. Com este objetivo o presente estudo visa aprimorar de maneira atualizada, porém, com fundamentação histórica, a problemática da pesquisa, sendo esta: *Quais os pressupostos filosóficos presentes na educação defendida por Paulo Freire?*. Assim em torno desta problematização se dará a coleta de informações.

Para a realização desta pesquisa do tipo bibliográfica será utilizada fontes primárias, ou seja, as obras de Paulo Freire e secundárias como a análise de artigos, teses, dissertações, livros que tratem desta temática, oferecendo elementos históricos das décadas de 1950 e 1960 com ênfase na discussão filosófica da concepção de Educação popular de Paulo Freire.

O tema abordado terá ainda análise de documentos, a partir de um olhar histórico, visto que este tema é propício a questionamentos, pois se refere a conflitos teóricos e pedagógicos enquanto a perspectiva de educação proposta pelo educador. Por isso a concepção teórica e metodológica que fundamentará esta pesquisa é o Materialismo Histórico, o qual partirá da síntese teórica do tema abordado, apontar a antítese e formular uma nova tese com os elementos estudados.

Assim sendo, o caminho escolhido para a realização do presente projeto visa aprimorar os conhecimentos sobre a história e filosofia da educação, sobre a conjuntura econômica, cultural, política e social das décadas de 1950 e 1960.

REFERÊNCIAS:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Política e Educação popular: teoria e prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

FIDALGO, Lucia. **Um olhar sobre Paulo Freire**. In: ALBUQUERQUE, Duda. **Discutindo Língua Portuguesa**. São Paulo: Escala Educacional, 2000.

GHIRALDELLI, Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 105 á 158.

PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1986.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50 populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

SOUZA, Edson Rezende. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem, v.1, jan/jul, 2010, p. 147-164.